



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
NÚCLEO DE RECURSOS

Informação nº 069/2021 – NUREC

Brasília (DF), 17 de março de 2021

Processo nº: 00600-00004091/2020-36-e

Jurisdicionada: Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (IGESDF).

Assunto: Representação

Ementa: Representação nº 45/2020 – GPCF. Possíveis irregularidades nos Contratos nºs 32/2020 e 51/2020, celebrados entre o IGESDF e as empresas Smart 7 Digital LTDA ME e Fértil Comunicação e Marketing LTDA ME, respectivamente. Decisão nº 3026/2020. Conhecimento da exordial. Determinação para que o IGESDF apresentasse esclarecimentos. Oitiva facultativa das empresas contratadas. Decisão nº 200/2021. Improcedência da Representação nº 45/2020 – GPCF. Autorização para inspeção no Contrato nº 32/2020. Representação nº 14/2021 – GPCF. Solicitação de cautelar e de fiscalização no Contrato nº 51/2020. Rediscussão de matéria. Admissibilidade como Pedido de Reexame. Proposição pelo conhecimento.

1. IDENTIFICAÇÃO DO RECURSO
Espécie de recurso: Pedido de Reexame ¹ (peças nºs 51 e 52)
Recorrente: Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal – MPJTDF
Deliberação recorrida: Decisão nº 200/2021 (peça nº 42) Item II: “O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento dos esclarecimentos prestados pelas empresas Fertil Comunicação e Marketing Ltda. ME (peça 31) e Smart 7 Digital Ltda. ME (peça 33), bem como pelo Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal - IGES/DF (peça 32), considerando, em relação a esse último, parcialmente atendida a determinação constante do item II da Decisão nº 3026/2020; II – considerar, no mérito, improcedente a Representação nº 45/2020 – GPCF; (...) IV – autorizar: a) a realização de inspeção no IGES/DF, com vistas a verificar em maior dimensão os aspectos técnicos da execução do Contrato nº 32/2020, tendo em vista o ineditismo de seu objeto e o fato de ter sido celebrado emergencialmente por dispensa de processo seletivo de fornecedores;” (Destacamos).

¹ A despeito de o MPJTDF manejar nova Representação, nota-se que há a pretensão de rediscutir a matéria já decidida na Decisão nº 200/2021, motivo pelo qual o expediente foi juntado a estes autos, para ter sua admissibilidade processada na forma de Pedido de Reexame, em atenção ao Despacho da Secretaria-Geral de Controle Externo com e-DOC 20F83B2C (peça nº 54).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
NÚCLEO DE RECURSOS

2. EXAME PRELIMINAR	S / N / N/A
2.1. PRECLUSÃO CONSUMATIVA: O recorrente está interpondo a espécie de recurso pela primeira vez?	SIM
2.2. TEMPESTIVIDADE: 2.2.1. O recurso foi interposto dentro do prazo previsto na Lei Orgânica (art. 47 c/c 33 e 34) e no Regimento do TCDF (art. 286)? Data de publicação da Decisão nº 200/2021: 12/2/2021 (peça nº 42) Data da interposição do recurso: 11/3/2021 (peças nºs 51 e 52)	SIM
2.2.2. Em sendo intempestivo, houve superveniência de fatos novos (art. 33, parágrafo único, da LO/TCDF)?	NÃO SE APLICA
2.3. LEGITIMIDADE: 2.3.1. O recorrente é parte legítima para interpor o recurso (art. 47 c/c art. 33 da LO/TCDF e art. 286 do RI/TCDF)?	SIM
2.3.2. A assinatura foi aposta pelo recorrente ou por procurador legalmente constituído?	SIM
2.4. INTERESSE: A decisão recorrida causa prejuízo ao recorrente?	SIM
2.5. ADEQUAÇÃO: 2.5.1. O recurso indicado pelo recorrente é o adequado para impugnar a decisão recorrida (art. 47 da LO/TCDF, c/c o art. 286 do RITCDF)? Ver comentários no item “Conclusão Descritiva”.	NÃO
2.5.2. A decisão recorrida tem conteúdo diferente daqueles do rol do art. 280 do RI/TCDF (audiência, diligência ou inspeção)?	SIM
2.5.3. Pode-se utilizar o princípio da fungibilidade recursal para acatar o presente recurso?	SIM
2.5.4. Trata-se de recurso contra decisão de natureza cautelar?	NÃO
2.6. EFEITO: 2.6.1. O efeito suspensivo pode ser concedido aos itens recorridos, na forma do art. 47 c/c art. 34 da LO/TCDF, c/c o art. 286 do RI/TCDF?	SIM
2.6.2. O recurso agrava a situação de outro interessado ou instala conflito de interesses (art. 283 do RI/TCDF)?	NÃO
3. CONCLUSÃO DESCRITIVA: O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal – MPJTCDF manejou nova Representação para que o Tribunal analise a regularidade do Contrato nº 51/2020, celebrado entre o IGESDF e a empresa Fértil Comunicação e Marketing Ltda. ME, que	



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
NÚCLEO DE RECURSOS

também foi objeto da Representação nº 45/2020-GPCF, considerada improcedente no bojo do item II da Decisão nº 200/2021, adotada nestes autos.

Tendo em vista que parece haver a pretensão de rediscutir matéria já apreciada pela Corte, a Representação foi juntada a este Processo e terá sua admissibilidade processada na forma de Pedido de Reexame, mediante a aplicação do princípio da fungibilidade recursal. Resta, portanto, atendido o requisito da adequação.

Quanto à análise dos demais requisitos de admissibilidade, verifica-se que o recurso é tempestivo, foi interposto por parte legítima, com claro interesse recursal, respeitando-se, ainda, a preclusão consumativa (unirrecorribilidade).

Sugere-se, pois, o conhecimento do expediente interposto pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal – MPJTCDF, como se Pedido de Reexame fosse, conferindo efeito suspensivo ao item II da Decisão nº 200/2021.

4. SUGESTÕES:

4.1. Ante o exposto, sugere-se ao e. Plenário:

I. tomar conhecimento:

- a) da Informação nº 069/2021 – NUREC;
- b) como Pedido de Reexame, do expediente interposto pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal – MPJTCDF, conferindo efeito suspensivo ao item II da Decisão nº 200/2021;

II. autorizar:

- a) a ciência da decisão que vier a ser prolatada ao *Parquet* especial, conforme estabelece o § 2º do art. 4º da Resolução – TCDF nº 183/2007, informando-lhe que o recurso ainda carece de análise de mérito;
- b) o retorno dos autos ao Núcleo de Recursos para análise de mérito do recurso e para adoção das demais providências cabíveis;

Ao Gabinete da Presidência, nos termos do art. 8º, § 1º, da Portaria nº 394/2018, para os fins previstos nos arts. 278, § 1º, e 279, *caput*, do RI/TCDF.

Brasília/DF, 17 de março de 2021.

Assinatura Eletrônica

THIAGO OLIMPIO FERREIRA
Diretor